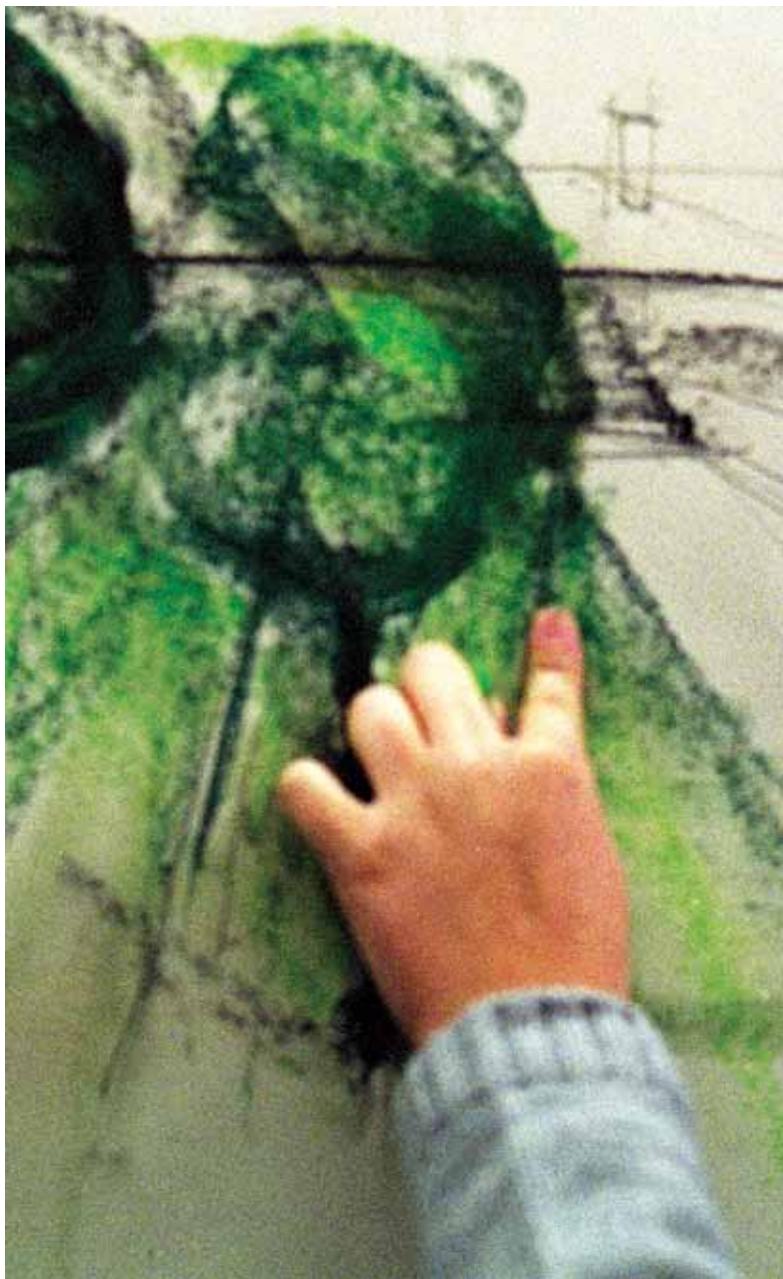


NOV 24

spii
INFORMAÇÃO

greve geral

FAZ DE CONTA...



Ana Alvim

... que não encerraram mais de 700 escolas do 1º Ciclo... Nas escolas pequenas os alunos não aprendem.
... que escolas não foram forçadas a agrupar... Os projectos educativos tinham de ser alterados, os regulamentos internos careciam de ser revistos.
... que os docentes trabalham 35 horas... Tempo para executarem tecnicamente as decisões que lhes impõem.
... que não há escolas reduzidas a um conjunto de salas modulares climatizadas (contentores)... As condições onde se ensina e se aprende têm de mudar.
... que esta avaliação de desempenho valoriza a dimensão formativa... A meritocracia e a competição são os meios para melhorar a qualidade da educação e os resultados escolares.
... que não há alunos com dificuldades... A grave crise social e económica atinge uma sociedade fora da escola.
... que não sabemos que vão cortar salários... Porque os lucros dos bancos portugueses a todos devem orgulhar.

Este Ministério da Educação continua a executar o seu plano, delineado com precisão, que parece não esquecer nada para que os professores e as escolas esqueçam a sua identidade, e insiste em fazer com que a história de cada profissional e de cada organização escolar se inicie a cada novo documento normativo. As medidas tomadas definem um profissional que seja um mero executor de decisões que se baseiam numa racionalidade técnica – veja-se, como exemplo, a formação proporcionada pelo ME – e actue numa lógica de competição, afastando-o da possibilidade de reflexão sobre as suas práticas e da construção de um trabalho colectivo e colaborativo, ancorados numa lógica emancipatória, antes empurrando-o para os efeitos corrosivos da excessiva burocratização, apelidada no nosso quotidiano de “choque tecnológico”. Toda a legislação produzida que se dirige aos docentes e às escolas continua a afirmar que um dos objectivos fundamentais desta legislatura é a valorização do trabalho e da profissão docente. Até quando vamos fazer de conta que acreditamos? ▶

Anabela Sousa,
Direcção do SPN

spn
INFORMAÇÃO

Director Abel Macedo · **Editor** António Baldaia · **Conselho de Redacção** Fernando Bessa, Henrique Borges, José Domingues, José Manuel Costa, Rogério Ribeiro
Colaborador Permanente José Paulo Oliveira

Design Gráfico Inês Rangel · **Impressão** Lisgráfica, SA

Propriedade Sindicato dos Professores do Norte (SPN) · **Redacção e Administração** R. D. Manuel II, 51/C - 3º - 4050-345 Porto · Tel.: 226 070 500 · Fax: 226 070 595/6
E-mail spninfo@spn.pt · **Site** <http://www.spn.pt>

Tiragem média 20.000 exemplares · **Registo no ICS** 109963 · **Depósito legal** n.º 238855/06 · **Distribuição gratuita aos sócios do SPN**

Os artigos assinados não reflectem, necessariamente, as opiniões e os critérios da Direcção do SPN.

A educação, os professores e a crise

Talvez nem todos os professores e educadores justamente revoltados com as desastrosas medidas que vêm sendo tomadas sob a capa do “combate à crise” tenham compreendido que a fase que atravessamos constitui já um verdadeiro retrocesso civilizacional, cujas consequências não são ainda totalmente conhecidas, mas que determinarão, no mundo do trabalho, a perda de direitos fundamentais conquistados ao longo de muitas décadas de luta persistente. Formas de estar perante o trabalho e perante a vida estão agora sujeitas a mutações radicais, sempre sob o desígnio da perda de direitos, da precariedade, da angustiante incerteza quanto ao futuro.

Comprovadamente, a crise é do capital, é uma crise financeira, assente no endeusado mercado, o tal que se dizia auto-regulável. Mas é sobre os trabalhadores, os que não especulam, os que pagam integralmente os seus impostos, os que constituem os pilares essenciais de todas as sociedades, é sobre eles que os efeitos da crise incidem, de forma desumana, agravando todos os seus problemas, ampliando os limites de uma pobreza que já não se pode ocultar para níveis inadmissíveis em sociedades que se declaram avançadas. A crise ataca essencialmente os que menos têm, os mais indefesos, quase impotentes para sobreviver com dignidade a tantos cortes, tantas restrições, tanta sanha destruidora de direitos e garantias sociais.

Claro que, em Portugal, a desorientação política da direita que nos governa há muitos (demasiados) anos – onde se incluem, naturalmente, os governos de José Sócrates – não ajuda em nada a procurar mecanismos de equidade, mínima que seja, na repartição de sacrifícios pelos portugueses.



Abel Maçedo
coordenador do SPN

Alguns dos fazedores de opinião ainda lúcidos vão dizendo que a Educação é um sector tão decisivo para o futuro de qualquer país que os efeitos da crise neste domínio deveriam ser mínimos, sob pena de, além do presente, se hipotecar gravemente o próprio futuro. Nada disto é preocupação deste Governo, e o Orçamento de Estado que a Assembleia da República já aprovou no essencial demonstra que a educação é, para estes senhores, apenas uma despesa, onde se pode cortar de forma cega e irracional, nem que se esteja a pôr em risco a própria sobrevivência das escolas. Atacam-se frontalmente os trabalhadores deste sector, professores, funcionários, outros técnicos que aí realizam a nobre missão de preparar os nossos jovens para a vida, mas ataca-se da mesma forma a própria base de existência das escolas, os seus orçamentos de funcionamento, as suas definições curriculares, todos os recursos que necessitam para cumprir a sua tarefa.

A componente humana das nossas escolas responderá a isto de forma inequívoca no próximo dia 24 de Novembro, participando activamente na histórica greve geral agendada para esse dia.

Mas, para além dela, é indispensável que todos os implicados nas comunidades educativas do nosso país percebam bem o terrível ataque que está a ser feito à educação, e se unam para dizer um claro NÃO ao prosseguimento destas políticas. Outra educação é possível, mesmo em tempos de crise. ▶

SPN EM FORÇA

na manif da Administração Pública



Henrique Borges

100.000 EM DEFESA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

A Fenprof saúda a forte presença dos educadores e professores na manifestação nacional da Administração Pública, considerando-a um importante sinal de mobilização, no sentido de se oporem, pela acção e pela luta, às medidas que o Governo (com o acordo envergonhado do PSD) pretende impor com a aprovação do Orçamento de Estado para 2011.



Professores e educadores de todo o país marcaram presença na manifestação realizada em Lisboa, no dia 6 de Novembro. O firme protesto contra o roubo nos salários e o ataque aos serviços públicos marcou a jornada, que mobilizou cerca de 100.000 trabalhadores de todos os sectores da Administração Pública. Ao longo do demorado desfile através da Avenida da Liberdade e nas intervenções finais, no Restauradores, os participantes manifestaram total disponibilidade “para as imprescindíveis lutas em defesa dos objectivos colectivamente definidos e contra as medidas de retrocesso social e civilizacional das políticas de direita do PS/PSD/CDS” (como referia a moção aprovada), nomeadamente para a greve do dia 24 de Novembro.

Como destacou Carvalho da Silva, a greve geral “é, nas últimas décadas, a luta dos trabalhadores que dá mais sentimento de futuro” – “é para criar perspectivas e responder às necessidades das jovens gerações”, defendendo o “direito ao trabalho e ao salário e não apenas a um subsídio de subsistência”, observou o secretário-geral da CGTP.

Mário Nogueira, por seu lado, questionou: “Que preocupações podem ter com a vida dos trabalhadores aqueles que aprovam e impõem medidas como as que hoje contestamos, fazendo-o a soldo de um capital ganancioso que não quer perder pitada dos seus lucros?”

Ao que o próprio respondeu: “De facto, não têm qualquer preocupação. Se tivessem, em vez de repetirem incessantemente, para disfarçarem a mentira, que estas medidas são inevitáveis, diriam a verdade. E a verdade é que elas resultam da sua opção política e não de qualquer inevitabilidade. Resultam do facto de sucessivos governos – agora do PS, noutras alturas do PSD, sozinho ou acompanhado – se terem rendido a um mercado sem rosto que esmaga os rostos dos que já não conseguem disfarçar um sofrimento e uma revolta cada vez maiores: os trabalhadores e as trabalhadoras do nosso país!”

Estes são os governantes – referiu o secretário-geral da Federação Nacional dos Professores (Fenprof) – que por opção e não por inevitabilidade decidem cortes de milhares de milhões na Educação, na Saúde e na Segurança Social; que provocam a falência de milhares de pequenas e médias empresas; que atiram para a pobreza milhões de portugueses...

“Estamos perante inevitabilidades? Não, não estamos! Estamos perante opções que fazem com que se tornem inevitáveis o nosso repúdio, o nosso protesto, a nossa resistência e a nossa luta!”

José Paulo Oliveira

MEGA-AGRUPAMENTOS: uma operação cosmética



Confirmam-se as previsões. O aparecimento dos designados mega-agrupamentos prova que a vontade da Administração se sobrepõe, arbitrariamente, aos desejos das comunidades educativas. A possibilidade de fazer prevalecer o bem comum desapareceu, em detrimento de interesses político-administrativos.

Em Janeiro de 2008, escrevi na «SPN-Informação», a propósito do anunciado Regime Jurídico de Autonomia, Administração e Gestão (futuro DL 75/2008): “E assim se acaba com a função primeira do ensino: a formação de cidadãos solidários, respeitadores de regras democráticas, consensuais, representativas do bom senso, do equilíbrio – os construtores do futuro. A democracia é substituída pela designação. As escolas deixam de ser locais onde se possa construir o bem e o interesse comuns. Serão locais de vontades e interesses singulares.”

Com a Resolução do Conselho de Ministros nº 44/2010, de 14 de Junho, nomeadamente com o referido no ponto 1, alíneas b) e c) – respectivamente “Adequar a dimensão e condições das escolas à promoção do sucesso escolar e ao combate ao abandono” e “Racionalizar os agrupamentos de escolas, de modo a promover o desenvolvimento de um projecto educativo comum, articulando níveis e ciclos de ensino distintos” – cumpre-se mais uma etapa na discricionariedade a que estamos habituados.

À vontade e à clarividência das comunidades educativas substitui-se a visão economicista e controladora do Ministério da Educação.

Ana Alvim

Sem surpresa

Aquela resolução é uma operação de cosmética que retoca o já explicitado no documento base da gestão (DL 75/2008), no artigo 7º – “*Para fins específicos, pode a administração educativa, por sua iniciativa ou sob proposta dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, constituir unidades administrativas de maior dimensão por agregação de agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas.*”

Só para mentes distraídas é que foi (será) surpresa...

Como antevíamos, com o DL 75/2008, a arbitrariedade, a prepotência e discricionariedade estariam à solta. E assim foi. Foram implementados 19 *mega-agrupamentos* na área da Direcção Regional de Educação do Norte, fundindo 40 ex-agrupamentos ou escolas não agrupadas.

Numa primeira fase, o director regional pretendia mais, muito mais. Mas, confrontado com a contestação, a calendarização, o desrespeito, a humilhação e a aplicabilidade do processo, ficou-se pelos 19. Mas vai voltar a insistir, não tenhamos ilusões.

É possível, no entanto, quando despertos para os nossos direitos, tamponar as arbitrariedades. É o caso da Providência Cautelar interposta no caso do *mega-agrupamento* de Vidago. Anulação decretada e reposição da legalidade – “*pelo que se considera indevida a execução do acto*”. O agrupamento e a escola secundária implicados retomam a realidade de 2009/10, isto é, a DREN vê anulada a sua decisão.

Assim actuassem todos...

O problema visto de dentro

Falemos do que se passa, desde Junho, nas escolas. Não do que é referido pelo ME, pela DREN ou por alguns dos intervenientes que vivem o/do seu poder arbitrário. Os focos informativos resultantes das visitas ministeriais, dos directores regionais ou das suas estruturas intermédias, são filtrados pelos agentes que só querem mostrar o conveniente e o politicamente correcto, sob o ponto de vista distorcido da Administração. Falemos dos testemunhos directos obtidos nas dezenas de reuniões efectuadas, com centenas de docentes que diariamente sentem as diatribes e as vicissitudes desta anómala fusão de agrupamentos. É assim que o Sindicato dos Professores do Norte (SPN), no contacto directo com quem vive a sua profissão nas salas de aula – os professores – é o receptáculo das suas vivências e o privilegiado meio de conhecer a verdade. Desde Julho, conseguimos coleccionar os sentimentos e a verdadeira vivência do clima que se vive nos 19 mega-agrupamentos da DREN. De forma sucinta, na página seguinte reportamos alguns dados recolhidos.

Para terminar, como é meu hábito, um pequeno conto de Mário-Henrique Leiria, *Lógica não aristotélica*, em "Novos Contos do Gin":

— Não acredito que me quisessem fazer isto — dizia um amigo meu, com um tiro oficial e exacto justamente na base do mamilo esquerdo.

Daive Castro Dias

Direcção do SPN

Morreu.

E não foi preso, vejam lá!



- Difícil e trabalhosa coordenação, pela direcção, do mega-agrupamento – pela grande diferença de metodologias e ritmos de trabalho dos profissionais das diferentes escolas
- Desaparecimento da relação de proximidade do órgão de gestão com a comunidade educativa – com alunos, encarregados de educação, funcionários, professores, ...
- Monopolização, pela escola-sede, de decisões que extinguem, ou se sobrepõem, às boas práticas anteriormente desenvolvidas pelas outras escolas – imposição de planificações, minutas, reuniões, ...
- Concentração dos serviços/deslocações – deslocação de processos dos alunos, entrega de requerimentos, emissão de certificados, aquisição de material, ...
- Desorganização dos serviços, mau funcionamento das estruturas administrativas e auxiliares – confusão no exercício de funções (sobreposições); deslocação da chefia dos SAE para a sede
- Dificuldade na tomada de decisões/comunicação complexa – elevado número de pessoas por estrutura; maior número de “intermediários”; mensagens “distorcidas”; grande perda de tempo e meios, em telefonemas e correio electrónico
- Concentração de poderes – sobrecarga dos coordenadores; morosidade dos processos
- Aumento da impunidade e indisciplina – pela concentração dos responsáveis (um responsável por estabelecimento)
- Desconhecimento/afastamento/distanciamento do órgão de gestão face aos factos in loco – reportados e analisados com atraso, de forma não vivencial, sem oportunidade, motivando a adopção de procedimentos desfasados da realidade
- Deslocações desmotivadoras e dispendiosas – reuniões, contactos, tratamento de assuntos administrativos, ...
- Dificuldade de escolha de coordenadores de departamento, relatores e outros coordenadores – escolha muito mais concentrada (de vários possíveis, escolher um que, obviamente, terá de ser da confiança da CAP)
- Dificuldade na calendarização de reuniões – ajustamento de horas/locais
- Dificuldade de elaboração de regulamentos internos e regimentos – pela proliferação de situações específicas de um maior número de actores
- Dificuldades na uniformização documental, quer pela imposição, quer pela discrepância – grelhas de planificação, objectivos, planos de acção, memorandos, agendas, actas, testes diagnósticos...
- Horários distorcidos – pelas deslocações obrigatórias de alguns docentes
- Crédito horário reduzido – a fusão implica a perda de parte do crédito (há casos em que o crédito resultante da “fusão” é inferior ao de qualquer das escolas/agrupamentos extintos)
- Diminuição do número de docentes/postos de trabalho – por deslocação/completamento de horário dos professores do agrupamento
- Patamares diferentes de desenvolvimento organizativo entre agrupamentos fundidos – implicam desajustamentos na acção; situações de relacionamento tenso e potenciador de conflitos; casos concretos relatados de “15 anos de atraso” (sic) e “8 anos de atraso” (sic) entre agrupamentos
- Dualidade de critérios na nomeação de cargos, nomeadamente de coordenadores de departamento – coordenadores nomeados pelo presidente da CAP (em fase subsequente, e após intervenção do DREN, novas nomeações já emanadas do órgão colegial - CAP)
- Politização das escolas – com influência de interesses, autárquicos ou outros
- Avaliação de docentes dificultada e/ou deturpada – coordenadores e relatores fora dos contextos educativos dos avaliados, no caso de pertencerem a outro estabelecimento
- Avaliação de pessoal não docente dificultada/deturpada ou impossível de efectivar – coordenador de assistentes operacionais e/ou chefe dos serviços de Administração Escolar exercendo em local diferente dos avaliados
- Avaliação condicionada pela influência do agrupamento-sede – quotas de ‘excelente’ e ‘muito bom’ deslocadas para o agrupamento-sede; prejuízo do universo avaliado
- Equipas de apoio das direcções regionais sem visibilidade – sem visibilidade no presente
- Projecto Educativo não definido atempadamente – impossibilidade de apresentar objectivos individuais

ME CONTINUA SEM ESCLARECER AVALIAÇÃO

A implementação do modelo de avaliação do desempenho docente está a gerar grandes confusões nas escolas. À inadequação e complexidade do modelo e ao seu carácter não formativo – que lhe retira ainda mais sentido com o anunciado congelamento das progressões –, acresce a falta de orientações claras quanto ao procedimento a adoptar pelos professores.



Ana Alvim

A Federação Nacional dos Professores (Fenprof) – bem como os seus sindicatos – tem alertado para o problema, nomeadamente através de uma nota à Comunicação Social (10 de Novembro) em que expunha alguns expressivos exemplos da situação.

Avaliação de coordenadores e relatores. A Federação solicitou informação ao Ministério da Educação (ME) sobre a possibilidade de os coordenadores de departamento e relatores requererem observação de aulas, visto que a legislação admite a sua dispensa, embora a isso estejam obrigados no acesso ao 5º escalão e dela necessitem para eventual dispensa de vagas no acesso ao 7º. O ME respondeu que, embora dispensados, nada os impede de requererem a observação de aulas. Confrontado com um óbvio “conflito de interesses” por, ao requererem observação de aulas, os avaliadores ficarem sujeitos às mesmas quotas dos seus avaliados, apenas referiu que seria publicada legislação para resolver o problema. Contudo, a legislação ainda não existe, desconhecendo-se qualquer projecto nesse sentido.

Outra questão colocada foi sobre a legitimidade e competência de um avaliador (relator ou coordenador) que, eventualmente, seja avaliado negativamente na observação das suas aulas, para observar e avaliar as aulas de outros colegas. O ME apenas referiu que é diferente ser avaliado e ser avaliador, admitindo, implicitamente, que um mau professor pode ser um óptimo avaliador.

Progressão aos 3º, 5º e 7º escalões até 31 de Dezembro. O ME admitiu, em resposta a directores de escolas, que o acesso aos 3º, 5º e 7º escalões poderá fazer-se através de “apreciação intercalar”. Só que, ninguém sabe porque não esclarece se a observação de aulas exigida para acesso aos 3º e 5º escalões é a do biénio 2007/2009 ou a que o docente requereu para o biénio em curso e, nesse caso, se termina em Dezembro de 2010 ou se se prolonga até Agosto 2011.

Já em relação ao acesso aos 5º e 7º escalões, tendo os docentes avaliados com ‘Bom’ de se sujeitar a vagas, o ME ainda não esclareceu se essas decorrem das classificações atribuídas em 2009 ou das que serão atribuídas em 2011 – logo, não se sabe quais as vagas, quantas e obtidas com que critérios.

Nomeação de Relatores. Segundo a Lei, os relatores deverão ser do grupo de recrutamento dos avaliados. Só que, em muitas escolas, tal não é possível, por não haver professores do quadro no 4º escalão ou, excepcionalmente, no 3º. De acordo com informação interna enviada às escolas, em 26 de Julho, as escolas deverão propor como fazer! Ou seja, o ME remete para as escolas a decisão –o que muitas não estão a aceitar fazer, enquanto outras aproveitam para agir de forma absolutamente arbitrária.

Para a Fenprof, estas questões, entre outras, “estão a criar uma crescente insatisfação nos docentes”, uma vez que as escolas não obtêm resposta das direcções regionais às dúvidas colocadas sobre o procedimento adequado. “Desse silêncio poderão resultar prejuízos efectivos para os docentes”, considera a Federação, reforçando a tese de que “este modelo de avaliação deverá ser imediatamente substituído, sob pena de não só não cumprir os objectivos a que se propõe, como constituir uma nova e grave dificuldade para as escolas e para o seu normal funcionamento”.

NOVEMBRO: tempo de ANIVERSÁRIO; tempo de REFLEXÃO e de ACÇÃO

O Sindicato dos Professores do Norte (SPN) celebra neste mês o 28º aniversário. Criado no dia 17 de Novembro de 1982, por decisão de milhares de professores do Norte, cresceu como um espaço plural, aberto a perspectivas e sensibilidades diversas e ancorado num projecto que procura conjugar um sindicalismo combativo, de acção, proposição e luta em torno de matérias sócio-profissionais, com uma intervenção consistente ao nível do sistema educativo, contribuindo com a sua acção para o cumprimento do objectivo da democratização da educação.

A passagem de mais um ano na história de vida do SPN acontece justamente num momento de intensa actividade sindical nestas duas vertentes, já que Novembro é o mês em que se realiza uma greve geral dos trabalhadores portugueses – a segunda convocada pelas duas centrais sindicais em 36 anos de democracia – e aquele em que se inicia o debate preparatório do 7º Congresso dos Professores do Norte, que terá lugar em Fevereiro, em Guimarães.

Independentemente das iniciativas comemorativas que as direcções distritais possam promover de forma descentralizada, a Direcção do SPN, num tempo em que a crise económica é usada como justificação para suprimir direitos laborais e reduzir o orçamento para a educação, assinala a passagem deste aniversário, não com uma iniciativa regional evocativa do acontecimento, mas intervindo activa e empenhadamente junto das escolas e dos professores na prossecução de dois objectivos:

- reforçar a informação, visando a mobilização e uma forte adesão dos educadores e dos professores à greve geral de 24 de Novembro, juntando a sua indignação à de todos os trabalhadores que, por esse Europa fora, recusam a submissão da política à economia e a imposição de medidas regressivas que, ao invés de resolverem os problemas, os acentuarão;
- apelar à participação dos sócios, e de outros colegas, nos seminários distritais que vão preceder a realização do 7º Congresso, procurando que sejam momentos importantes de encontro e de debate, em que, reflectindo em conjunto sobre o nosso sistema educativo, a Escola que temos e a profissão que somos, consigamos aprofundar propostas que garantam efectivamente a todos o direito a uma educação de qualidade e que tornem as escolas espaços de realização de quem lá estuda e trabalha.

Festejemos este aniversário, também, lembrando o esforço decidido de todos os que, através destes 28 anos, fizeram do SPN o maior sindicato de professores do Norte, e o segundo de Portugal, e reforçando a nossa acção colectiva. Para que o SPN continue a ser – e seja cada vez mais – uma força que conta!

Manuela Mendonça
Coordenadora do SPN



Ana Alvim

O Orçamento de Estado merece credibilidade

O ataque aos educadores/professores e aos restantes trabalhadores – bem evidente no roubo salarial na Administração Pública, no aumento da precariedade e do desemprego e no aumento do custo de vida por via de agravamento fiscal –, a par da ofensiva contra os serviços sociais do Estado, nomeadamente contra a Escola Pública, não podem deixar nenhum educador ou professor indiferente.

Em conferência de imprensa realizada no final de Outubro, a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) pôs os *pontos nos ii* do Orçamento de Estado para 2011, alertando para a situação de empobrecimento gradual do país e de cerco ao sistema de ensino e às condições de trabalho dos docentes.

No encontro com os jornalistas, estiveram presentes Mário Nogueira (secretário-geral), António Nabarrete (SPGL), Abel Macedo (SPN) e Joaquim Páscoa (SPZS). Na ocasião, o dirigente do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa e da Fenprof sublinhou que a proposta de orçamento “foi construída em cima do joelho”, “não merece credibilidade”, “vai empobrecer os portugueses e gerar maiores desigualdades e injustiças”.

As linhas gerais do OE/2011 – provocará uma “profundíssima recessão no próximo ano” – abrem um documento divulgado pela Fenprof, que analisa os cortes nas remunerações certas e permanentes, as dotações para os contratos a prazo e o aumento dos impostos e dos preços de bens e de serviços sociais. O Ministério da Educação “é de longe aquele em que o corte de salários é mais brutal. Só em remunerações certas e permanentes, representa 63,5 por cento dos cortes totais dos serviços integrados de toda a Administração Pública”, sublinha o documento da Fenprof [de que nas páginas seguintes destacamos alguns aspectos relevantes]. Mas, salientou Nabarrete, “tudo indica que 2011 será marcado por constantes assaltos à bolsa de quem trabalha, e não apenas através dos cortes salariais...”

Educação ou Finanças?

Há ainda uma parte dedicada à redução das despesas de capital e de funcionamento no campo da Educação, estando previsto “um corte de 0,4 por cento do PIB, o que significa cerca de 720 milhões de euros” – o Governo está, também assim, a pôr em causa “o normal funcionamento das escolas, a capacidade de resposta do sistema e a própria qualidade educativa”, alerta a Fenprof.

“O acordo assinado em Janeiro entre o ME e as organizações representativas dos docentes é completamente violado. Se fosse um peixe, diria que sobram as espinhas, mas isso não passa na garganta”, considerou, por sua vez, o secretário-geral da Fenprof, que alertou também para as consequências da eliminação do Estudo Acompanhado e da Área Projecto e da redução brutal de créditos provocada pelos mega-agrupamentos.

“Não existe no Governo um verdadeiro Ministério da Educação. O que funciona na Avenida 5 de Outubro é uma repartição do Ministério das Finanças. Isto é um constrangimento grave que se coloca à educação”, realçou Mário Nogueira, destacando a necessidade de os professores darem um grande contributo à greve geral de 24 de Novembro.

José Paulo Oliveira



Ana Alvim

OE/2011, PROFESSORES E GREVE GERAL

“O que se prevê para a Educação no Orçamento de Estado para 2011 é que continuem a encerrar escolas, agora ainda com mais alunos; que se agrupem escolas por economia de recursos, e não a pensar nos alunos e no seu sucesso; que as escolas se livrem de milhares de professores e de pessoal não docente, psicólogos, terapeutas, assistentes sociais, mesmo sabendo-se que isso fará aumentar a indisciplina e decrescer a qualidade educativa. Prevê-se o corte de verbas de funcionamento que já hoje são exíguas e a degradação das condições em que a Escola se organiza e funciona, ainda que deixe de cumprir integralmente, e bem, a missão de ensinar, qualificar, educar, formar e de, afinal, contribuir para transformar”.

Mário Nogueira (Lisboa, 6 de Novembro)

CORTES NAS REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES E NAS DOTAÇÕES PARA OS CONTRATOS A PRAZO.

O Ministério da Educação é aquele em que o corte de salários é mais brutal. Só em remunerações certas e permanentes representa 63,5% dos cortes totais dos serviços integrados de toda a Administração Pública, o que, relativamente a 2010, significa uma quebra de 412,5 milhões de euros (menos 9,2% do que as dotações previstas para o ano em curso) – só como termo de comparação, o serviço integrado que mais contribui para os cortes totais das remunerações certas e permanentes, a seguir ao ME, é o Ministério da Defesa, com 10,1%.

Por outro lado, se olharmos as dotações para contratos a prazo previstas, o ME irá ter 167,5 milhões de euros (95,6% do total de todas as dotações para contratos a prazo), o que, tendo em conta uma redução de cerca de 20%, se compararmos com o ano corrente, permite perceber a medida dimensão da precarização da profissão docente. Isto, apesar da quebra brutal do número de professores que poderá ocorrer em 2011 – bem acima dos 20% de contratados, ou seja, bem mais de 6.000 docentes – através da desarticulação cega de componentes curriculares, da redução de horas para o desempenho de cargos e funções (incluindo de gestão), da alteração do regime de funcionamento de serviços essenciais às escolas (como as bibliotecas), entre outras malfeitorias que agravarão substancialmente as condições de trabalho dos professores e das escolas.

Neste quadro de violento ataque a um serviço público essencial como o da Educação, acresce a quebra de 113,75 milhões de euros nas remunerações certas e permanentes do Ministério da Ciência, Tecnologia e do Ensino Superior (54,4% do total dos cortes dos serviços e fundos autónomos), representando uma redução de 11% relativamente a 2010.



AGRAVAMENTO DO IRS, DA CGA E DA ADSE.

Além dos brutais cortes salariais, os trabalhadores da educação, e a generalidade dos portugueses, sofrerão um agravamento fortíssimo do IRS (quer pela diminuição das deduções específicas, quer através da imposição dos tectos nos benefícios fiscais), a que acrescem o aumento de 1% no desconto para a Caixa Geral de Aposentações e uma diminuição das comparticipações da ADSE em 15%!

AUMENTO DO IVA, TRANSPORTES, ENERGIA, TAXAS E MULTAS.

A juntar a toda uma panóplia de extorsão desenfreada aos trabalhadores, há ainda a registar a subida do IVA (2%) e o aumento dos transportes (4%, em média), da energia (4,5%) e de um conjunto de outros bens e serviços essenciais. Estão também previstos aumentos para variadas taxas, bem como para as multas e coimas,

REDUÇÃO DAS DESPESAS DE CAPITAL E DE FUNCIONAMENTO.

As medidas de redução das despesas de capital previstas cifram-se, em termos de PIDDAC, em 0,04% do PIB, ou seja, cerca de 72 milhões de euros. Ao nível do funcionamento está previsto um corte de 0,4% do PIB – cerca de 720 milhões de euros. Este número astronómico, que o Governo pretende cortar num único ano, pondo em causa o normal funcionamento das escolas, a capacidade de resposta do sistema e a própria qualidade educativa, resultará:

- da redução de docentes prevista;
- das alterações curriculares (Área de Projecto e Estudo Acompanhado);
- da redução das horas para assessoria da gestão;
- da redução de horas no âmbito do Plano Tecnológico;
- da obrigatoriedade dos bibliotecários leccionarem uma turma;
- da redução dos créditos horários das escolas;
- da alteração das regras relativas a trabalho nocturno;
- da redução do orçamento de funcionamento das escolas;
- da transferência do pagamento a docentes contratados dos TEIP para fundos comunitários, assim como dos CEF e do Ensino Profissional ministrado em escolas públicas...

O OE/2011 prevê ainda outras quebras, designadamente na Educação Pré-Escolar (8,8%, quando se afirma a sua universalização) e nas transferências para o Ensino Particular e Cooperativo.

NÃO SE COMPREENDE!...

Num momento em que o sistema público de Educação deverá responder ao alargamento da escolaridade obrigatória (12 anos); atingir as metas fixadas até 2015 (redução significativa das taxas de abandono e insucesso escolares); universalizar a Educação Pré-Escolar a partir dos 3 anos; alargar as oportunidades de qualificação e certificação para jovens e adultos; reforçar as condições de funcionamento, os recursos e a autonomia das escolas... Como serão atingidos estes objectivos, reduzindo o número de professores, promovendo a instabilidade do corpo docente das escolas, retirando a estas horas essenciais para a organização pedagógica, reduzindo brutalmente o investimento e as verbas de funcionamento?

MENOS 300 MILHÕES PARA AS AUTARQUIAS.

Não se pode ignorar o corte de quase 300 milhões de euros para as autarquias, apesar de o mesmo OE prever o aumento das suas competências no âmbito da Educação.

De igual modo, é com grande preocupação que se assiste à redução de benefícios e apoios sociais fundamentais para que famílias cada vez mais empobrecidas possam suportar os custos de frequência da escola.

UMA “REPARTIÇÃO DE FINANÇAS” NA 5 DE OUTUBRO...

A Fenprof considera lamentável que a opção política do Governo para resolver os problemas criados pelo sistema financeiro e pela má governação chegue ao ponto de, neste momento, não existir uma política educativa definida, limitando-se o ME a agir como mera repartição das finanças.

Porque exige a valorização do Ensino, e da Escola Pública em especial, e porque pugna pela dignificação e valorização da profissão docente, A Fenprof empenhar-se-á na mobilização dos educadores/ /professores para as lutas que serão inevitáveis face a políticas tão negativas e gravosas.

A LUTA É O CAMINHO: TODOS NA GREVE GERAL!

De imediato, o apelo da Fenprof e do SPN aos professores e educadores é no sentido de se mobilizarem e assegurarem uma fortíssima participação na Greve Geral convocada para 24 de Novembro. Entretanto, já está lançado o debate nas escolas sobre a continuação de uma luta que é indispensável.

UNIVERSIDADES E POLITÉCNICOS TAMBÉM PARAM NO DIA 24

As medidas do Orçamento de Estado com impacto no Ensino Superior inserem-se numa linha continuada de desresponsabilização do Estado pelos serviços público e não geram alternativas justas e equitativas de crescimento económico e de bem-estar social. Por isso, o Departamento de Ensino Superior do Sindicato dos Professores do Norte apela a todos os docentes para que manifestem o seu descontentamento a sua indignação, aderindo à Greve Geral de 24 de Novembro.

O discurso sobre a crise tem-se traduzido numa justificação da submissão das políticas governamentais às exigências dos mercados financeiros, provocando, a curto e a médio prazos, um acentuar dos problemas e não a sua resolução. A essas políticas, é necessário contrapor outras, que aumentem os níveis de protecção social, promovam a criação de emprego, apostem na qualidade do ensino e limitem a especulação e a acção dos mercados financeiros.

Neste quadro, e enquanto sector estratégico para o desenvolvimento do país, o Ensino Superior ganha uma dimensão ainda maior, pelo papel que pode desempenhar no estudo dos problemas e no apontar de caminhos alternativos para o futuro. Não obstante, está em curso um conjunto de medidas que constituem um sério ataque à educação, ao Ensino Superior público, aos docentes, aos investigadores e aos estudantes e às suas famílias, apesar de, simultaneamente, tanto se falar da necessidade de aumentar a qualificação dos portugueses.



Ana Alvim

OE compromete ECDs

O crescente desinvestimento no Ensino Superior tem-se traduzido, entre outros aspectos, numa diminuição significativa do número de docentes em diversas instituições (despedimentos, não renovação de contratos, não substituição de professores aposentados), no aumento ilegal das cargas lectivas (claro desrespeito pelos estatutos das carreiras), na distribuição abusiva de serviço docente a bolseiros de investigação e a estudantes de doutoramento (sem remuneração ou com remunerações irrisórias) e no recurso à contratação de docentes a tempo parcial, com contratos precários ou a recibos verdes – situações que têm provocado a deterioração das condições de trabalho e, conseqüentemente, da qualidade da investigação e do ensino, bem como do acompanhamento e apoio aos estudantes.

Do mesmo modo, o alargamento do número de docentes com estabilidade de emprego – previsto nos estatutos das carreiras docentes universitária (ECDU) e politécnica (ECDESP), aprovados em 2009 – está seriamente comprometido com o Orçamento de Estado (OE), entretanto aprovado na generalidade, com a conveniente abstenção do PSD. Importa perguntar como se conjuga este OE com os preâmbulos do ECDU, que estipula “o alargamento dos lugares do topo da carreira, devendo o conjunto de professores catedráticos e associados representar entre 50% e 70% dos professores, não podendo o número de professores convidados exceder um terço em cada categoria”, e do ECDESP, que assegura “o alargamento dos lugares da carreira, devendo o conjunto de professores representar pelo menos 70% dos docentes de cada instituição”.

Apesar de o OE contemplar algumas excepções relativas ao Ensino Superior, há questões que não estão suficientemente esclarecidas. Em particular, no que respeita aos concursos que possam originar promoções de categoria ou implicar a contratação de pessoal sem vínculo à Função Pública, a passagem a professor auxiliar ou adjunto dos assistentes que se doutorem, a aplicação do regime transitório no Politécnico, bem como os efeitos resultantes da realização de provas de agregação.

[Entretanto,] O *contrato de confiança* assinado entre o Governo e as instituições públicas do Ensino Superior, já em 2010, visando aumentar o número de estudantes e colmatar as dificuldades orçamentais das instituições, está a ser unilateralmente inviabilizado pela actual proposta governamental – não se trata de uma mera questão de gestão, mas de uma crescente desresponsabilização do Estado pelo financiamento do Ensino Superior público, pois não é possível gerir as diferentes universidades e politécnicos sem os recursos financeiros mínimos. Ao que temos vindo a assistir é a cortes orçamentais sistemáticos, que situam o nível de financiamento ao início da década. E isto, num quadro em que Portugal é dos países da Europa com menor investimento *per capita* no Ensino Superior e, ao mesmo tempo, com propinas mais elevadas. Os professores do Ensino Superior são agora confrontados não só com a manutenção do congelamento das progressões (que se arrasta desde 2005), violando o estabelecido nos ECDs, mas também com cortes salariais significativos e inaceitáveis. Para um grande número de docentes, estes cortes vão representar um valor superior a um mês de vencimento, num claro desrespeito pelo trabalho que, incansavelmente e em condições cada vez mais difíceis, têm vindo a desenvolver pela dignificação e qualidade da investigação e do ensino público.

Efectivamente, para o Ensino Superior, os últimos anos têm sido marcados por políticas e iniciativas legislativas que têm prejudicado gravemente o funcionamento das instituições e degradado as condições de trabalho dos docentes.

O Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior traduziu-se num forte ataque à gestão democrática das universidades e dos politécnicos, diminuindo drasticamente a participação dos docentes nos órgãos de gestão e reforçando os poderes unipessoais e a hierarquia gestionária das instituições, que, em muitas situações, passaram a responder a entidades externas, algumas totalmente fora do controlo (como os curadores das fundações).

Os novos ECDU/ECDESP vieram acentuar a tendência para a burocratização da actividade docente e promover o individualismo e a competição num sector em que o trabalho colectivo e solidário é imprescindível para o avanço do conhecimento científico e para o funcionamento das instituições – *os regulamentos de avaliação de desempenho e de garantia da qualidade* são disso uma clara expressão, revelando, em geral, uma maior preocupação com a construção de instrumentos de controlo individual dos docentes do que com a promoção de um ensino e de uma investigação de qualidade, só possíveis com o reforço de laços de cooperação. Acresce, agora, que o esforço e os constrangimentos que a sua implementação irá implicar não se traduzirão em qualquer alteração do posicionamento remuneratório dos docentes, contrariando o anteriormente assumido pelo Governo como justificação para a sua implementação.

Para que serve o MCTES?

O Ministério da Ciência e da Tecnologia e do Ensino Superior tem-se revelado incapaz de produzir qualquer pensamento estratégico sobre a reordenação do sistema de Ensino Superior, limitando-se à publicação de medidas avulsas, sem qualquer fio condutor. Agora, tarda em esclarecer a repercussão das medidas anunciadas no sector que supostamente representar e defender.

Esta situação tem tido e terá ainda mais implicações na vida e na actividade profissional dos docentes. Nas diferentes instituições, assistimos ao crescimento de um ambiente de preocupação e frustração, resultante do aumento brutal e desumano do volume de trabalho a realizar, da obrigatoriedade de cumprimento de requisitos de interesse questionável e sem sentido, da perda de espaços de autonomia essenciais para o desenvolvimento de projectos de investigação, de receios com a manutenção do trabalho – em suma, da diminuição das condições para o exercício de funções com a qualidade indispensável.

Num contexto em que é identificada a necessidade de 40% de diplomados na franja etária 30-34 anos, em 2020, o que implicaria um alargamento do número de estudantes no Ensino Superior, não se percebe como tal objectivo pode ser atingido com um OE que reduz as verbas para o ensino universitário em 12,3% e para o politécnico em 7,1%. A nova fórmula para cálculo dos apoios a atribuir no âmbito da Acção Social Escolar (já em vigor), a par do impacto que o OE vai ter na vida de muitas famílias, terá como consequências inevitáveis o aumento da selectividade social no acesso ao Ensino Superior e o abandono escolar por um número significativo de estudantes. De facto, a partir de agora, os estudantes e as famílias terão ainda menos condições para suportar os custos das propinas e todos os outros inerentes à frequência do Ensino Superior, apesar de o RJIES (Lei 62/2007) afirmar que “a acção social escolar garante que nenhum estudante é excluído do sistema do Ensino Superior por incapacidade financeira”.

**A GREVE FAZ-SE.
COM ELA BANDARILHAMOS
CONTRA A HIPOCRISIA DE QUEM MANDA.
E PARAMOS PORQUE ANDAMOS.
SÓ NÃO PARA QUEM NÃO ANDA.**



**A GREVE FAZ-SE.
A GREVE É UM SER VIVO
QUE PARA, MAS NÃO DESCANSA.
E, AO SER UM SER COLECTIVO,
MESMO AO PARAR ELE AVANÇA**

A GREVE FAZ-SE.

**NÃO SEREMOS DEPÓSITOS À ORDEM
DE DÉSPOTAS E BOBOS.**

**OS CÃES BONS SÃO OS QUE MORDEM
NAS GOELAS DOS LOBOS.**



**ELES JÁ FIZERAM.
E NÓS?**

24.11

Orçamento para a educação é inferior ao de 2005

O sistema de ensino português continua a não corresponder às necessidades de desenvolvimento, não ajudando o país a sair da crise actual. Apesar disso, e de a OCDE aconselhar o investimento na educação, o orçamento do ME para 2011 é claramente inferior ao de 2005.

Apesar do baixo nível de escolaridade da população portuguesa, que um estudo recente do economista Eugénio Rosa comprova, o Governo continua a desinvestir na educação: entre 2009-2011, o orçamento comparável do Ministério da Educação (ME) sofreu um corte de 1.227 M€, diminuindo continuamente de 6.877 M€ para 5.650 M€. Ou seja, em valores nominais e comparáveis, o orçamento atribuído ao ME para o próximo ano (5.650 M€) é já inferior ao de 2005 (5.693 M€) – em termos reais, eliminando o efeito do aumento de preços desde 2005, o orçamento de 2011 para a educação é inferior em 664 M€.

É, assim, claro o crescente desinvestimento na educação, apesar da gravidade do baixo nível escolar da população e de a própria OCDE ter aconselhado Portugal a investir. O Governo tem procurado branquear a situação, a nível das estatísticas, distribuindo milhares de certificados dos 9º e 12º anos a adultos – só em 2009, de acordo com o relatório de execução do POPH (programa comunitário que financia a iniciativa Novas Oportunidades), foram atribuídos 53.890 certificados do 3º Ciclo do Ensino Básico e 22.958 do 12º ano...

Realidade camuflada

Em 2008, segundo a OCDE, 72% da população portuguesa tinha apenas o Ensino Básico ou menos, quando a média dos países da organização era de 29%. E de então para cá, a situação não melhorou – segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), no final do 1º semestre deste ano, a população com o Básico ou menos representava 73% da população total considerada nas Estatísticas do Emprego por níveis de escolaridade [cfr. Quadro2].

Outra distorção que se verifica, ainda segundo a OCDE, é a percentagem da população com nível de escolaridade correspondente ao Ensino Secundário ser praticamente igual à da população com o Ensino Superior, quando nos países da OCDE a primeira é muito superior à segunda. Em 2008, a percentagem de população com o Secundário era apenas 14% da população total, enquanto a média da OCDE atingia 44%; no caso da população com formação superior, as percentagens situavam-se, respectivamente, nos 14% e nos 28%. E também aqui, entre 2008-2010, a situação não melhorou muito – apesar de no 1º semestre deste ano, a população com o Secundário (ou correspondente) ser 15% da total, e com o Superior ser 12%, o universo considerado pelo INE é inferior ao da OCDE, podendo ser essa a razão da diferença verificada.

Se considerarmos somente a população empregada, a distorção verificada é idêntica, já que a diferença percentual é de apenas um ponto: 17,9% com o Secundário; 16,8% com formação superior (taxas para o 1º semestre de 2010).

Situação dramática

Percentagem de portugueses apenas com o Ensino Básico é 2,5 vezes superior à média da OCDE. Nível médio de escolaridade da população empregada aumenta à custa do afastamento dos trabalhadores com baixa escolaridade. Governo prossegue desinvestimento na educação pública.

Nota: A versão integral do estudo [Nível de escolaridade da população portuguesa continua muito inferior à média dos países da OCDE] está disponível nos complementos on-line da «SPN-Informação» (www.spn.pt) ou em www.eugeniorosa.com.

De facto, se em relação à população total se verifica a manutenção do baixíssimo nível de escolaridade, em relação à população empregada regista-se uma dramática alteração que tem passado despercebida a nível da opinião pública.

Entre os primeiros trimestres de 2005 e 2008 (em três anos, portanto...), a população empregada com Ensino Básico ou menos passou de 72,4% do total para 70,3%, ou seja, diminuiu apenas 2,1 pontos percentuais, enquanto entre o 1º trimestre de 2008 e o mesmo período deste ano (ou seja, em dois anos) baixou de 70,3% para 66,1% – isto é, o dobro do verificado nos três anos anteriores.

Entretanto, analisando a variação do emprego por níveis de escolaridade após o início da crise de 2008, chega-se à seguinte conclusão: entre o 1º trimestre de 2008 e o 2º deste ano, o emprego diminuiu em 199,4 mil postos de trabalho, passando de 5.191 milhões para 4.991,6 (INE) – e isso foi conseguido apenas à custa da redução de 392,5 mil empregos ocupados por trabalhadores com o Ensino Básico ou menos. Durante o mesmo período, os números de trabalhadores empregados com os ensinos Secundário e Superior aumentaram, respectivamente, em 115,6 mil e 77,5 mil. É, assim, evidente que o aumento do nível médio de escolaridade da população empregada está a fazer-se à custa de centenas de milhares de trabalhadores com o Ensino Básico ou menos, que, desta forma, são atirados para o desemprego de longa duração – e ficam praticamente excluídos do mercado de trabalho – ou empurrados para a reforma prematura.

Galiza mobilízase contra a crise e por outro modelo económico e social



O feito de que unha folga convocada no conxunto do estado español tivera o maior seguimento aquí débese fundamentalmente á actuación da Confederación Intersindical Galega (CIG), central sindical nacionalista que é a maior organización sindical da nosa nación en número de membros, con preto de 80.000 afiliados e afiliadas, sendo a segunda por número de representantes eleitos nas empresas. Desde hai máis de dous anos o traballo da CIG vense centrando na denuncia da crise como froito do actual sistema económico neoliberal cun labor de pedagogía nas empresas e locais de traballo desenmascarando aos verdadeiros culpábeis, que son os especuladores e os grandes magnates financeiros, ao tempo que se denunciaba a actitude daquelas organizacións sindicais que se mantiñan sentadas nunhas mesas do "diálogo social" que só estaban a servir para retrasar as necesarias mobilizacións mentres os gobernos galego e español e a patronal ían tecendo a súa rede para

aplicar as reformas e os medios de "desinformación" demonizaban o labor sindical e agachaban calquera crítica ou proposta alternativa.

Ese labor pedagóxico e mobilizador acompañábase de unha alternativa con medidas que poden ser adoptadas sen ter que mudar o actual marco político por calquer goberno que asuma a súa función e non se limite a aplicar directrices de organismos internacionais que non foron eleitos por ninguén, como o FMI e o Banco Mundial. Algunhas medidas son:

- Reforma fiscal creando un imposto para as grandes fortunas, un sistema de aportacións á facenda pública progresivo en función dos niveis de ingresos e unha redución dos impostos indirectos.
- Redefinición do sistema financeiro galego creando unha banca pública e un instituto de crédito que apoie ás empresas que busquen investimento para desenvolver os sectores produtivos propios.
- Incremento do gasto social garantindo a prestación pública da sanidade e da educación e adaptando medidas para favorecer a igualdade e a conciliación.
- Defensa do traballo primando o emprego fixo e atacando a subcontratación.
- Protección do desemprego e fomento da formación e da seguridade e saúde laboral.

O apoio á folga xeral foi maioritario no conxunto de Galiza destacando a práctica paralización do sector industrial e de todos os polígonos e a importante repercusión no sector comercial e de servizos; probas do éxito da convocatoria foron a paralización da produción na factoría automovilística Citroen, de Vigo, que ten preto de 7.000 operarios, por primeira vez na súa historia sen que tiveran que intervir os piquetes, ou os datos de consumo eléctrico difundidos por Rede Eléctrica Española, recoñecendo que o nivel de consumo ese día na Galiza foi semellante ao dun domingo.

Ese mesmo día as manifestacións convocadas pola CIG nas cidades e vilas de Galiza foron as máis concurridas destacando as máis de 40.000 persoas que percorreron as rúas de Vigo baixo esixindo un novo modelo económico e social.

Despois da folga xeral seguen as mobilizacións fronte aos plans do goberno español de ampliar aos 67 anos a idade de reforma e reducir as pensións e á política do goberno galego de desmantelar os servizos públicos.

Duarte Correa Piñeiro,
CIG/Ensino

O 29 de setembro Galiza viveu unha folga xeral en contra dunha reforma laboral que baixo a excusa da crise favorece o despedimento, fomenta os contratos temporais, xeraliza a actuación das empresas de traballo temporal permitindo a súa actuación nos servizos públicos e limita a negociación colectiva e o poder das organizacións sindicais; esta reforma veu acompañada da redución salarial na administración pública, a conxelación das pensións, o aumento do IVA e a redución dos investimentos en obra pública e en servizos sociais.

Cumprir-se-ão os Objectivos do Milénio?

A Declaração do Milénio, adoptada em 2000 pelos 189 Estados-membros da Assembleia-Geral das Nações Unidas, identificava os desafios centrais com que a humanidade então se confrontava e aprovava os chamados *Objectivos de Desenvolvimento do Milénio*, a alcançar pela comunidade internacional no prazo de 15 anos. Dez anos passados, o balanço não é muito feliz, como constatou uma nova cimeira que decorreu no final de Setembro.



Em Setembro de 2000, os líderes mundiais reuniram-se na Cimeira do Milénio das Nações Unidas e elaboraram um plano de acção para o desenvolvimento mundial. Assumiram compromissos pela paz e pela segurança de todos, concedendo a prioridade ao desenvolvimento sustentável e à erradicação da pobreza. Da cimeira resultou uma Declaração do Milénio, que fixava medidas concretas de avaliação dos esforços colectivos para a concretização dos objectivos e das metas relativas ao desenvolvimento, à governação, à paz, à segurança e aos direitos humanos.

A declaração estabelecia oito objectivos de desenvolvimento específicos (ODM) a serem atingidos até 2015:

1. Erradicar a pobreza extrema e a fome
2. Alcançar a educação primária universal
3. Promover a igualdade de género e a autonomização das mulheres
4. Reduzir a mortalidade infantil
5. Melhorar a saúde materna
6. Combater o HIV/SIDA, a malária e outras doenças
7. Assegurar a sustentabilidade ambiental
8. Desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento

A escassos cinco anos do fim do prazo fixado para a realização dos ODM, o secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, promoveu uma cimeira em Nova Iorque, de 20 a 22 de Setembro último, com o intuito de acelerar os progressos rumo a estes objectivos.

Assumir os compromissos

“Não podemos faltar aos nossos compromissos, quando milhões de pessoas esperam que a comunidade internacional cumpra a promessa, assumida na Declaração do Milénio, de um mundo melhor”, declarou Ban Ki-moon no seu relatório sobre a cimeira, no qual identifica factores de sucesso, ensinamentos, falhas, desafios e oportunidades e propõe recomendações para agir e avançar no sentido dos ODM.

Alguns países, entre os quais a China, cuja população a viver na pobreza passou de 452 para 278 milhões, e a Índia conseguiram combater a pobreza extrema e a fome graças a factores internos e externos ligados à população e ao desenvolvimento económico. Outros conseguiram aumentar o nível de escolarização, melhorar a saúde infantil, alargar o acesso à água potável, reforçar o controlo do paludismo e da tuberculose e o acesso aos tratamentos contra o HIV.

De acordo com o relatório das Nações Unidas, “se os progressos alcançados até agora são insuficientes, não é pela impossibilidade de atingir os Objectivos do Milénio, nem porque os prazos são demasiados curtos, mas sim porque os compromissos não são respeitados, os recursos e a vontade mobilizados são insuficientes, o princípio da responsabilidade é ignorado e o desenvolvimento sustentável não acolhe senão um interesse limitado”. Consequentemente, as melhorias progridem com extrema lentidão e o pouco que é conseguido com tanta dificuldade é arrasado pelas crises alimentar e económica.

Qual a situação em termos de educação?

Para determinados domínios dos ODM, como é o caso da educação, as perspectivas indicam claramente que os objectivos não poderão ser atingidos. O relatório das Nações Unidas salienta que “para alcançar o objectivo da educação primária universal até 2015, todas as crianças com idade oficial para iniciar a escola primária deveriam estar escolarizadas até 2009. Ora, em metade dos países da África subsariana com dados disponíveis um quarto das crianças não estava escolarizada em 2008”.

O relatório da ONU identifica alguns ensinamentos a retirar destes anos, entre os quais a assumpção nacional das estratégias de desenvolvimento. Os países que obtiveram resultados implementaram medidas pragmáticas heterodoxas, reforçando, assim, as suas capacidades internas.

O crescimento económico é necessário, mas não é suficiente para fazer recuar a pobreza. É preciso que o processo de crescimento seja inclusivo e equitativo. Para concretizar os ODM, é essencial que os países apostem em políticas económicas viradas para o futuro, a fim de garantir um crescimento estável, mantendo, simultaneamente, estratégias de investimento público e uma protecção social universal.

Se os países em vias de desenvolvimento começaram por financiar os ODM aumentando e distribuindo as suas receitas internas, é preciso, também, que a comunidade doadora mantenha a sua promessa de aumentar a ajuda pública para o desenvolvimento. Neste campo, muitos esforços têm ainda que ser desenvolvidos.



O que se esperava desta cimeira?

No passado mês de Junho, as Nações Unidas reuniram as organizações não governamentais (ONG), a sociedade civil e o sector privado, no sentido de auscultar as suas opiniões sobre o desenrolar deste processo. Os sindicatos, incluindo os de professores, manifestaram uma grande apreensão face à realização dos objectivos.

A Internacional de Educação (IE) baseou a sua contribuição no calendário da Educação Para Todos (EPT), sendo que ainda recentemente a UNESCO concluiu que a EPT – que constitui bem mais do que a simples concretização de um ODM – precisa ainda de 16 mil milhões de dólares por ano para os países mais pobres.

A IE refere a ligação entre os diferentes Objectivos e salienta a importância da educação para responder à pobreza, à saúde, bem como à igualdade de género. Promete, ainda, que continuará a trabalhar com os seus parceiros na Campanha Mundial pela Educação, a fim de garantir que esta permaneça ponto essencial do calendário.

Na corrida para 2015, a cimeira de Setembro poderia criar oportunidades para reforçar os esforços colectivos e as parcerias. Poderia aprovar um quadro de responsabilização, visando consolidar os compromissos de ajuda global, impondo prazos para resultados e estabelecendo mecanismos de avaliação e de implementação.

A IE espera que os países em desenvolvimento assumam mais responsabilidades ao nível das suas estratégias de desenvolvimento e que, apesar da crise económica, os países desenvolvidos aumentem o seu nível de ajuda.

Koen Geven e Claude Carroue
Helena Miranda - tradução



Solidariedade é um imperativo, antes que seja demasiado tarde

MARROCOS INTENSIFICA AGRESSÃO AO POVO SAHARAUI



Quando esta edição estava a ser concluída (11 de Novembro), circulavam na internet informações de activistas estrangeiros que se encontravam em El Aaiún, dando conta de que a situação no território era “muito grave”, com “o regime marroquino a exterminar indiscriminadamente a população civil saharauí” – “um autêntico genocídio, um massacre que não se esclarecerá sem a intervenção da ONU e o apoio da comunidade internacional, já que a cidade está tomada pelas forças de segurança de Mohamed VI, rei de Marrocos”.

O povo mártir do Sahara Ocidental está a levar a cabo, desde o início de Outubro, um dos maiores protestos pacíficos contra a situação a que está submetido desde que, em 1975, a Espanha entregou a sua última colónia a Marrocos, violando a legalidade internacional e criando um problema de descolonização que continua por resolver, como referem diferentes resoluções das Nações Unidas que reconhecem o direito dos saharauis à autodeterminação.

Numa atitude de grande determinação, mais de 20.000 pessoas deslocaram-se das suas cidades, ocupadas por Marrocos, para um acampamento instalado próximo da capital, El Aaiún, protestando dessa forma contra a actuação de Marrocos, que tem sido denunciado por violação dos direitos humanos, discriminações, despedimento massivo de trabalhadores saharauis, julgamentos arbitrários e pilhagem das riquezas naturais do território ocupado na República Árabe Saharaui Democrática (RASD): pesca e fosfatos.

A este protesto pacífico, o Reino marroquino respondeu violentamente, com a repressão e a perseguição, cercando o acampamento com unidades militares, incluindo vários helicópteros que sobrevoaram o acampamento em voos rasantes, erguendo cercas de arame farpado e muros de areia, impedindo a entrada de água, alimentos e medicamentos, e importunando os saharauis com incursões militares nocturnas.

O mais grave incidente ocorreu no dia 8 de Novembro, na sequência de um ataque das forças ocupantes ao acampamento de Gdeim Izik, tendo-se registado vários mortos, centenas de feridos e mais de uma centena de desaparecidos. Antes disso (24 de Outubro), já as tropas marroquinas tinham provocado a morte de um rapaz de 14 anos, ao dispararem sobre um veículo que tentava entrar no acampamento.





Henrique Borges

Fenprof recebeu Aminatou Haidar

11 mortos, 723 feridos e 159 desaparecidos, incluindo mulheres, idosos e crianças. Era este o balanço – provisório, aquando do fecho desta edição – do ataque das forças marroquinas ao acampamento de Gdeim Izik, nos arredores de El Aiún, no dia 8 de Novembro.

A bárbara agressão foi energeticamente condenada por Aminatou Haidar durante um encontro com educadores e professores realizado em Coimbra, por iniciativa da Fenprof, no dia 9 de Novembro – no mesmo dia, a activista e combatente saharai foi distinguida com a Medalha da Universidade de Coimbra, entregue pelo reitor Seabra Santos. Recorde-se que, impedida de entrar no seu país, sob ocupação marroquina, Aminatou cumpriu 32 dias em greve da fome no aeroporto de Lanzarote (Canárias), numa acção que despertou a opinião pública mundial para o martírio que vive o povo da República Árabe Saharaui Democrática: exilado no deserto ou perseguido na sua própria terra.

“A situação que se vive nos territórios ocupados pelas forças marroquinas é alarmante”, salientou Aminatou, denunciando a política de extermínio seguida pelo Reino de Marrocos em relação ao povo saharai, perante a hesitação e o silêncio cúmplice de muitos...

JPO

FENPROF CONDENA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

O Secretariado Nacional da Fenprof repudia vivamente os últimos acontecimentos verificados na RASD e reitera a sua disponibilidade para continuar a denunciar a vergonhosa agressão a que o povo saharai está sujeito.

Além de efectiva violação do Direito Internacional, que não pode continuar a ser tolerada, a ocupação constitui uma grosseira e infame violação dos direitos das pessoas obrigadas a viver no exílio ou subjugadas por um agressor estrangeiro. Para a estrutura da Fenprof, o silêncio cúmplice da União Europeia é condenável, mas também o do Governo português, de quem espera e exige, no mínimo, uma clara condenação de Marrocos.

Mantendo viva a solidariedade através dos meios internos de informação e comunicação, a Fenprof irá reforçar a recolha de fundos para apoio ao povo saharai e promover acções de denúncia e de solidariedade internacional, através dos múltiplos contactos que mantém e com iniciativas a desenvolver no âmbito dos eventos em que participe, procurando sempre envolver organizações de outros países.

SEMINÁRIOS DISTRICTAIS 2010

ESCOLARIDADE PARA TODOS, DEMOCRATICAMENTE ORGANIZADA

BRAGA
MUSEU D. DIOGO DE SOUSA

27.NOVEMBRO, 10H - 13H

- Helena Arcanjo
- Rui Trindade
- Teresa Medina

BRAGANÇA
AUDITÓRIO PAULO QUINTELA

04.DEZEMBRO, 10H - 13H

- Cristina Mesquita
- Domingos Fernandes
- Fátima Antunes

ORGANIZAÇÃO ESCOLAR, DEMOCRACIA E AUTONOMIA

VIANA DO CASTELO
BIBLIOTECA MUNICIPAL

13.NOVEMBRO, 10H - 13H

- Almerindo Janela Afonso
- Joaquim Marques
- Manuela Mendonça

VILA REAL
ESC. SEC. CAMILO CASTELO BRANCO

20.NOVEMBRO, 10H - 13H

- Anabela Sousa
- Carlos Silva
- Licínio Lima

IDENTIDADE PROFISSIONAL DOCENTE DIGNIFICADA, ASSENTE NUM SINDICALISMO AUTÓNOMO, VIVO E ACTUANTE

PORTO
CONSERVATÓRIO DE MÚSICA
DO PORTO

04.DEZEMBRO, 10H - 13H

- Abel Macedo
- Manuela Esteves
- Paulo Sucena

AVEIRO
MUSEU DA CHAPELARIA
(S. J. MADEIRA)

20.NOVEMBRO, 10H - 13H

- António Teodoro
- Isabel Baptista
- José Augusto Cardoso

Um congresso virado para o futuro

O 7º Congresso dos Professores do Norte, que se realizará no início de 2011, pretende romper com a lógica que tem presidido à organização de congressos anteriores e assumir em toda a sua preparação prévia uma abrangência de opiniões que não tem sido conseguida, ainda que tentada, em eventos desta natureza.

Desde logo, porque os seis seminários preparatórios previstos – um por cada distrito (cfr. página seguinte) – serão abertos a sócios e não sócios e contarão com a valiosa colaboração de alguns convidados exteriores ao Sindicato dos Professores do Norte (e de outros que dele fazem parte), que trarão os seus saberes, as suas reflexões, as suas abordagens próprias do temário que a Direcção formulou para o Congresso, nas suas diversas fases.

Sendo certo que o que vierem a ser as decisões do Congresso caberão apenas aos associados, através dos delegados que elegerem para o efeito, pretende-se, nesta fase preparatória, ouvir o maior número possível de professores, acolher a grande diversidade de opiniões e ângulos de análise que sabemos estarem presentes no seio da profissão, reflectir conjuntamente sobre elas, de uma forma crítica e positiva, para assim entendermos o que de mais profundo percorre nestes tempos a Escola portuguesa, seja ao nível da organização, dos recursos, dos objectivos, dos profissionais, e, essencialmente, do seu futuro. Criar-se-ão, assim, espaços onde se possam cruzar as opiniões de alguns especialistas, dotados de uma reflexão mais sistematizada, estruturada e aprofundada sobre algumas áreas do sistema educativo e da profissão docente com as opiniões dos professores que vivem o quotidiano escolar, também eles detentores de saberes próprios e contextualizados, num debate que, seguramente, nos enriquecerá a todos.

O congresso em si, marcado para os dias 25 e 26 de Fevereiro, na cidade de Guimarães, abordará temas importantes, divididos em três blocos temáticos:

- um destinado ao sistema educativo, ao grande desafio de se assumir uma escolaridade obrigatória de 12 anos; à reconfiguração curricular que uma medida destas deve implicar; às preocupações com a efectiva consagração de uma escola inclusiva, entre outras matérias;

- outro dirigido à organização escolar, às condições de participação de todos os interessados na vida das escolas, à democraticidade da instituição escolar e a uma conseqüente descentralização da Administração Educativa;

- o terceiro, dirigido ao reforço da identidade profissional docente, ao papel que jogam os sindicatos na consecução deste objectivo; e também ao equacionar de novas formas de pensar um sindicalismo interveniente, reflexivo, activo, capaz de jogar um papel determinante na construção de uma sociedade mais justa.

Dotar os professores do Norte de uma opinião mais sustentada e mais interventiva na construção do futuro da Escola portuguesa, é esse o grande objectivo do 7º Congresso.



*Comemoração do
Dia Mundial dos Professores*

JOSÉ SALVADO SAMPAIO (1921/2006). Licenciado em Ciências Histórico-Filosóficas pela Universidade de Coimbra, este "homem notável" foi professor do Ensino Secundário, colaborador do Centro de Investigação Pedagógica do Instituto Gulbenkian de Ciência e Inspector Superior na Direcção-Geral do Ensino Básico. Profundamente empenhado na renovação das escolas do Magistério Primário, grande impulsionador da Educação Pré-Escolar e da Escola Pública e dirigente sindical (CGTP-IN e Fenprof), Salvado Sampaio é também autor de numerosos estudos e textos, muitos publicados sob pseudónimo e com a criatividade necessária para iludir o lápis azul nos anos 60/70. "Mestre", "homem de diálogo", "rigoroso", "semeador de ideias", foram algumas das características evidenciadas nos depoimentos de quem conviveu directamente com Salvado Sampaio – em baixo, com Abel Macedo, durante o último Conselho Nacional da Fenprof em que participou, em 2006.



Fenprof evidenciou desafios da profissão

Lisboa e Fundão acolheram as iniciativas com que a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) comemorou o Dia Mundial dos Professores.

Em Lisboa, a iniciativa decorreu na Escola Secundária Luís de Camões, onde convidados nacionais e estrangeiros asseguraram dois painéis de intervenções muito interessantes. Um primeiro painel contou com Ana Maria Bettencourt (presidente do Conselho Nacional de Educação) e Rui Canário, do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, e foi moderado por João Cunha Serra, presidente do Conselho Nacional da Fenprof. No segundo, moderado por Manuela Mendonça (coordenadora do SPN), participaram Luís Iglésias (Comisiones Obreras, Espanha) e André Robert (Universidade de Lyon, França). Após as intervenções, houve espaço para debate, com breves reflexões e perguntas da assistência, cabendo a intervenção de encerramento ao secretário-geral da Fenprof, Mário Nogueira.

No Fundão, Salvado Sampaio foi o centro das atenções, com a inauguração de uma interessante exposição que lhe foi dedicada. Paralelamente, a personalidade, o trabalho e o exemplo do homem e pedagogo foram abordados num primeiro painel, apresentado por Isaura Reis, do Agrupamento de Escolas Serra da Gardunha, e em que intervieram: Paulo Fernandes, vice-presidente da Câmara do Fundão; Mário Nogueira, secretário-geral da Fenprof; Carvalho da Silva, secretário-geral da CGTP-IN; António Teodoro (Universidade Lusófona); e Fernando Paulouro Neves, director do «Jornal do Fundão», que, com o município, colaborou na iniciativa.

A escola pública e os seus constrangimentos e desafios foi o tema do segundo painel, conduzido por Dulce Pinheiro (direcção do SPRC) e em que intervieram Almerindo Janela Afonso (Universidade do Minho), que referiu o pensamento e a acção de Sampaio como temas de grande alcance para possíveis teses, e Mário Nogueira – "a ministra da Educação fala de metas para 2015 e sublinha a importância da escolaridade de 12 anos. Mas com que meios? Com que investimentos?", interrogou-se o dirigente sindical, antes de apelar à forte participação dos professores nas lutas e protestos contra as políticas de um Governo "que ataca os trabalhadores, os reformados e pensionistas e os serviços públicos".

JPO
(texto e fotos)



MANIFESTAÇÃO

20 Novembro - 15h

Marquês de Pombal ▶ Restauradores

PAZ | **NATO**
SIM! | **NÃO!**

**CAMPANHA EM DEFESA DA PAZ
E CONTRA A CIMEIRA DA NATO EM PORTUGAL**

campanha@pazsimnatonao.org
www.pazsimnatonao.org

1 Procedimento por quem reúna condições para progressão na carreira até 31 de Dezembro de 2010.

Atendendo às dúvidas suscitadas por docentes que se encontram em condições de progredir na carreira, assim como à incerteza que resulta de informações contraditórias transmitidas pelas escolas sobre esta matéria, importa aconselhar os sócios de modo conveniente, garantindo que o seu direito possa, em última instância, vir a ser judicialmente exigido.

Neste sentido, temos aconselhado os sócios a requererem ao director de escola/agrupamento, por escrito e de modo simples, a sua progressão ao escalão seguinte da carreira. Após este requerimento, os docentes deverão aguardar uma decisão expressa durante 90 dias úteis, durante os quais devem intervir no procedimento, realizando pedidos de informação ao director (destinatário do requerimento) e, eventualmente, aos órgãos ou serviços do ministério para os quais os requerimentos dos docentes tenham sido encaminhados.

Decorrido esse prazo legal de resposta, os docentes-sócios que não tenham ainda obtido o deferimento da sua pretensão, deverão dirigir-se ao Contencioso do Sindicato dos Professores do Norte, para ser dado andamento mediante intimação para prestação de informações ou para que seja interposta acção de condenação à prática do acto de progressão.

Uma última nota para referir que todos aqueles cuja progressão esteja, nos termos do Decreto-Lei nº 270/2009, de 30 de Setembro, dependente da realização da apreciação intercalar do desempenho – progressão até 31.12.2010, para a generalidade dos escalões; até 31.08.2010, no caso do acesso aos 3º, 5º e 7º escalões –, devem, se ainda o não fizeram, apresentar requerimento nesse sentido, assim como o documento de auto-avaliação e reflexão crítica a que o diploma faz referência expressa.

2 Escolha dos relatores e de todos os cargos constantes dos nos 4 e 5 do Artigo 35º do ECD.

Breve esclarecimento e referência legislativa à necessária conjugação das regras constantes do Artigo 13º do Decreto Regulamentar nº 2/2010, de 23 de Junho, com o disposto no Estatuto da Carreira Docente.

Atendendo ao facto de, em alguns agrupamentos, estarem a ser nomeados como relatores docentes abaixo do 4º escalão, importa esclarecer que, não obstante o DR 2/2010 não referir essa condição, o facto de o ECD eleger como condição a presença no 4º escalão ou superior – ou excepcionalmente no 3º – obriga à escolha de apenas estes docentes. Ou seja, as regras que constam do artigo 13º do DR só são aplicáveis a docentes do 4º escalão ou superior ou, caso estes não existam, do 3.º escalão, desde que detentores de formação especializada (nos 4 e 5 do Artigo 35º do ECD). É este – e só este – o universo de docentes que deverão, depois, cumprir os requisitos do artigo 13º do citado DR para que possam ser designados relatores.

3 Doença prolongada.

Aos professores que se encontram a faltar por motivo de doença prolongada não deve ser descontado o vencimento de exercício. O Artigo 29º do Decreto-Lei nº 100/99, de 31 de Março, considera que as faltas por doença implicam a perda do vencimento de exercício, não fazendo qualquer referência à situação de doença prolongada prevista no Artigo 49º do mesmo decreto – o nº 4 refere que as faltas por doença prolongada não descontam para efeitos de antiguidade, promoção e progressão.

Ora, não tendo essas faltas qualquer efeito, os professores a quem tenha sido descontado o vencimento de exercício, devem recorrer dessa decisão, no prazo de 30 dias.

CONVOCATÓRIA

Assembleia-Geral Ordinária de Sócios
15.Dezembro.2010 - 16h30

De acordo com os Estatutos do Sindicato dos Professores do Norte (SPN), convoco uma Assembleia-Geral Ordinária de Sócios para o dia 15 de Dezembro de 2010, com início às 16h30, a realizar descentralizada, na sede do Sindicato (Porto) e nas delegações, com a seguinte ordem de trabalhos:

- Apreciação e votação do Plano de Actividades e Orçamento do Sindicato dos Professores do Norte para 2011

Se à hora indicada não houver quórum, a Assembleia-Geral realizar-se-á meia hora mais tarde, com qualquer número de presenças.

Porto, 11 de Novembro de 2010

A Presidente da Mesa da Assembleia-Geral

Ana Maria Brito Jorge

POEMA DE AGRADECIMENTO À CORJA

Obrigado, excelências.
Obrigado por nos destruírem o sonho e a oportunidade de vivermos felizes e em paz.
Obrigado pelo exemplo que se esforçam em nos dar de como é possível viver sem vergonha, **sem respeito e sem dignidade**.
Obrigado por nos roubarem. Por não nos perguntarem nada. Por não nos darem explicações.
Obrigado por se orgulharem de nos tirar as coisas por que lutámos e às quais temos direito.
Obrigado por nos tirarem até o sono. E a tranquilidade. E a alegria.
Obrigado pelo cinzentismo, pela depressão, pelo desespero.
Obrigado pela vossa mediocridade.
E obrigado por aquilo que podem e não querem fazer.
Obrigado por tudo o que não sabem e fingem saber.
Obrigado por transformarem o nosso coração numa sala de espera.
Obrigado por fazerem de cada um dos nossos dias um dia menos interessante que o anterior.
Obrigado por nos exigirem mais do que podemos dar.
Obrigado por nos darem em troca quase nada.
Obrigado por não disfarçarem a cobiça, a corrupção, a indignidade.
Pelo chocante imerecimento da vossa comodidade e da vossa felicidade adquirida a qualquer preço.
E pelo vosso vergonhoso descaramento.
Obrigado por nos ensinarem tudo o que nunca deveremos querer, o que nunca deveremos fazer, o que nunca deveremos aceitar.
Obrigado por serem o que são.
Obrigado por serem como são.
Para que não sejamos também assim.
E para que possamos reconhecer facilmente quem temos de rejeitar.

Joaquim Pessoa

Nota: Joaquim Pessoa nasceu no Barreiro, em 1948. Poeta, publicitário e pintor, é um dos nomes mais destacados da poesia do pós-25 de Abril – segundo David Mourão-Ferreira, é um dos poetas progressistas mais naturalmente capazes de comunicar. O amor e a denúncia social são uma constante na sua obra. Iniciou carreira no Suplemento Literário Juvenil do «Diário de Lisboa». Publicou o primeiro livro em 1975; seguiram-se mais de 20, incluindo duas antologias. Foi distinguido com prémios da Associação Portuguesa de Escritores e da Secretaria de Estado da Cultura, Prémio de Literatura António Nobre e Prémio Cidade de Almada.



Ana Alvim

NATAL ANTECIPADO NO PORTO Joaquín no Palácio de Cristal, Herbie na Casa da Música



Depois de Barcelona, Madrid e Nova Iorque”, Cortés está de regresso a Portugal (Porto e Lisboa), desta vez para dançar “Calé” – cigano na sua língua – com o qual nos propõe um regresso antológico à essência de alguns dos seus anteriores espectáculos: “Mi Soledad”, “Pasión Gitana”, “Amor y Ódio”... A coreografia é do próprio bailarino, que subirá ao palco acompanhado por 16 músicos e 10 bailarinas.

Joaquín Cortés é natural de Córdova (1969). Aos 12 anos mudou-se para Madrid, onde se iniciou na dança, tendo chegado a solista do Ballet Nacional de Espanha. Depois de abandonar a companhia, trabalhou para diversas companhias como bailarino e coreógrafo, até que, em 1992, criou o Joaquín Cortés Flamenco Ballet, com o qual tem conquistado mundos.

Joaquín Cortés, “Calé”

Pavilhão Rosa Mota
06.Dezembro, 22h
inf. 226 057 080

Também de regresso está Herbie Hancock. Unanimemente reconhecido como uma das maiores figuras do jazz, o pianista, que celebrou 70 anos em Abril, estará em trânsito para o concerto de abertura da cerimónia do Nobel da Paz, em Oslo. Três dias antes, no entanto, vem ao Porto mostrar “The Imagine Project”. Editado em Junho, “The Imagine Project” é apresentado por Hancock como um projecto transversal, que tenta preservar a identidade musical de cada um dos participantes. O álbum inclui versões de canções como ‘Imagine’ (Lennon), ‘Don’t give up’ (Peter Gabriel) ou ‘The times they are a-changing’ (Dylan), nas vozes de Oumou Sangare, Seal, Pink, Toumani Diabaté, Tinariwen, Jeff Beck e Anoushka Shankar, entre outras.

HERBIE HANCOCK, “The Imagine Project”

Casa da Música
08.Dezembro, 22h
inf. 220 120 220 | info@casadamusica.com





SÓCRATES! ISABEL!

OS QUE VÃO MORRER A ENSINAR SAÚDAM-VOS!



nesta edição

- a abrir
02. **Faz de conta...**
- editorial
03. **A educação, os professores e a crise**
- acção sindical
04. **SPN em força na manif da Administração Pública**
05. **100.000 em defesa dos serviços públicos**
06. **Mega-Agrupamentos: uma operação cosmética**
09. **ME continua sem esclarecer avaliação**
10. **Novembro: tempo de aniversário; tempo de reflexão e de acção**
- destaque
11. **O Orçamento de Estado não merece credibilidade**
12. **OE/2011, professores e greve geral**
14. **Universidades e Politécnicos também param no dia 24**
- nacional
18. **Orçamento para a educação é inferior ao de 2005**
- internacional
19. **Galiza mobilizase contra a crise e por outro modelo económico e social**
20. **Cumprir-se-ão os Objectivos do Milénio?**
- internacional
22. **Marrocos intensifica agressão ao povo saharai**
23. **Fenprof condena violação dos direitos humanos**
- notícias spn
24. **Seminários Distritais 2010**
25. **Um congresso virado para o futuro**
26. **Fenprof evidenciou desafios da profissão**
- legislação
28. **Consultório Jurídicas**
- narrativas
29. **Poema de agradecimento à corja**
- apostas spn
30. **Natal antecipado no Porto: Joaquín no Palácio de Cristal, Herbie na Casa da Música**
- a fechar
31. **Avé Sócrates/Isabel!**

spn
INFORMAÇÃO

DIRECTOR ABEL MACEDO

Ano XXV · II Série · N.º 41

Novembro 2010 · 2 euros

spninfo@spn.pt